

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

nº 131 - Fevereiro de 1977 - Crs. 1,00

**Declaração da C.
Executiva do
PCB (pags 4 e 5)**

Leia, discuta, reproduza e divulgue.

Editorial

Unidade e luta de massas, armas dos democratas contra ataques da reação

Neste número de VO, publicamos uma importante Declaração da Comissão Executiva do PCB, assinada por Luis Carlos Prestes. Importante pela análise que os comunistas fazem do quadro atual, e importante, sobretudo, pela proposta concreta que reiteram visando à organização da coligação antiditatorial que permitiria um esforço comum, na ação prática, do conjunto de forças democráticas da Nação.

Não é preciso muito esforço para compreender que o País atravessa um momento de extrema complexidade, onde os passos não podem ser dados sem se ter em mente os objetivos que se pretende alcançar. E se é verdade que as contradições surgidas no seio do próprio regime já atingem o nível do gritante, também não é menos verdade que, diante das possibilidades que o aprofundamento dessas contradições lhe abre, a oposição não tem sabido responder à situação com a devida eficiência.

A falta, nós a vemos principalmente na incompreensão sobre a necessidade premente da unidade de TODOS os seus setores, o que pode ser agravado pela hesitação de algumas de suas lideranças políticas diante dos cantos de sereja dos apologistas de uma suposta «distensão» que seria, como por milagre, promovida graciosamente pelos donos do poder. Ora, a liberdade e a democracia, ou são conquistadas, ou não são uma coisa nem outra.

Neste ponto é que o mais recente documento do PCB vem preencher uma lacuna fundamental. Principalmente quando se estende sobre esta última afirmativa, ao considerar os problemas da pacificação nacional, que os comunistas consideram ser do mais profundo interesse para o

povo. Não existe outro caminho fora da unidade democrática e da participação plena das massas através da mobilização permanente. Seria um suicídio imaginar soluções que excluam *a priori* os setores mais conseqüentes do espectro de forças que compõe, naturalmente, a coligação antifascista. E isto tem que ser considerado pelos que, até pela bem intencionada ansia de mudar o estado de coisas atual, se prestam a dar cobertura às manobras divisionistas deste regime em busca desesperada de uma saída para a crise que atravessa.

Vale lembrar que a própria oposição legal só passou a existir, politicamente, na medida em que se tornou expressão de um programa mínimo antiditatorial. Quando e onde foi «adesista», revelou-se inexpressiva e resultou fatalmente desmoralizada pelos votos brancos e nulos.

A palavra-de-ordem necessária e possível no momento atual, independentemente das medidas violentas que possam vir a ser tomadas nos quadros da já limitada legislação eleitoral, é a da unidade sem concessões e a mobilização permanente das massas, em torno daquilo que é comum à grande maioria do povo brasileiro: o estabelecimento das liberdades democráticas e o fim da legislação de arbítrio, assim como da política econômica nefasta que entrega nossas riquezas e o produto de nosso trabalho às empresas imperialistas e aos monopólios nacionais.

Estas são questões concretas no encaminhamento da luta para a derrubada do regime fascista. Que, como frisa a Declaração, não será possível «sem o concurso do PCB e muito menos contra ele».

INTERNACIONAL

Espanha, a democracia e os comunistas

«Enquanto os outros, de uma forma ou de outra, se guardavam, o Partido Comunista foi o único a se opor de maneira permanente à ditadura franquista. Ninguém pôde negá-lo. Quantos dos nossos foram aprisionados, vítimas da repressão, executados! Outros também se incorporaram à luta: os socialistas, assim como os anarquistas, a despeito de suas velhas tradições. Mas os comunistas foram os primeiros e, de longe, os mais numerosos. E eles não cessaram de lutar por um só instante, sem medir sacrifícios. É por isso que eles representam hoje em dia a força política essencial da oposição, a grande força capaz de impulsionar a unidade e o desenvolvimento democrático em nosso País. O Partido Comunista é o animador das lutas de massa, que trazem em si as possibilidades de mudanças para a Espanha».

Estas palavras são de Dolores Ibarruri, *La Pasionaria*, presidente do Partido Comunista da Espanha, uma das mais importantes e amadas representantes do Movimento Comunista Internacional. Palavras caras aos comunistas brasileiros, primeiro pela solidariedade que entregam às forças progressistas da Espanha no momento em que se destroem os últimos alicerces do franquismo. Mas também pelo que emprestam de importância à unidade, à luta de massas, ao papel dos comunistas no conjunto de forças democráticas que lutam pela derrubada de um regime fascista.

As afirmações de *La Pasionaria*, feitas em

final de 1975, encontraram sua confirmação em vários exemplos, mas o maior deles foi, sem dúvida, o episódio da libertação de Santiago Carrillo, secretário-geral do PCE, e de vários outros dirigentes, que se deu, em grande medida, em função da pressão feita pelo conjunto de forças que compõe a Coordenação Democrática, exigindo a libertação do líder comunista como condição para continuarem as conversações antebuladas com o governo Suarez em dezembro, janeiro. E que revelam para as forças democráticas brasileiras ensinamentos muito concretos.

O primeiro é que não se alcança um regime democrático sem a luta permanente e organizada das massas, do conjunto das forças antifascistas, respeitando-se as diferenças de concepções, mas tendo-se em conta, antes de tudo, o que leva à unidade. Não foram as cúpulas que impuseram a queda de influência do «bunker» franquista após a morte do ditador Franco. Foi, isto sim, todo um passado de lutas das Comisiones Obreras, organizações operárias das empresas industriais, organizadas pelos comunistas, mas reunindo combatentes das mais distintas ideologias e linhas políticas. Organizadas a despeito do terror e opressão que fizeram a tônica dos quarenta anos de fascismo. E se algumas mudanças se fazem notar no regime político espanhol, elas não se deveram a nenhuma vontade do «liberal» rei Juan Carlos e de seu primeiro-ministro Suarez. Ambos são produtos do franquismo, e não mudariam um sistema que beneficia os setores

sociais que representam se não se impusesse a determinação organizada das forças democráticas.

Não há «distensões» como presentes de Natal. Ou elas são resultado de conquistas, ou não existem, e são manobras de manutenção do quadro vigente no momento em que se apresentam.

O outro ensinamento é que não se pode compreender o estabelecimento de um regime democrático sem que nele se possam manifestar todas as correntes de pensamento.

Sem que, nele, todas as categorias profissionais estejam representadas por suas associações de classe eleitas independentemente das imposições do poder. Sem que nele estejam representadas, através dos partidos, todas as concepções políticas e ideológicas de uma sociedade. Ou a legalidade é para todos, ou ela não é para ninguém. *O Partido Comunista atua no mesmo nível das outras correntes políticas democráticas, ou estas não terão força suficiente para resistir a uma contra-ofensiva do regime fascista derrubado.*

Na Espanha, as forças democráticas compreenderam o quadro. E não aceitaram nenhuma negociação de «distensão» sem a participação dos comunistas. Porque compreenderam que não podem construir uma democracia sólida sem a participação ativa da classe operária e de seu partido de vanguarda.

Juristas nivelam Brasil, Chile e Uruguai

Despachos da Franco Press e da Reuters espalharam pelo mundo o relatório da Comissão Internacional de Juristas, sediada em Genebra, na Suíça, sobre os regimes militares na América do Sul, onde são dedicados parágrafos bastante substanciais à ditadura fascista que oprime nosso povo.

Esse relatório foi publicado no número de dezembro da conceituada revista da CIJ, e o jornal *Le Monde* não economizou espaço para a reprodução de alguns dos seus trechos mais importantes em sua seção *América*.

Sob o título *A Comissão Internacional de Juristas publica um relatório humilhante sobre os regimes militares do sul do continente*, o artigo, destaca que estes regimes são acusados de violar «os valores da civilização ocidental que eles asseguraram defender».

Segundo o relatório, «em todos estes países, medidas jurídicas e institucionais conduziram à destruição da democracia e dos direitos do homem». O Exército aumenta constantemente sua influência sobre os governos, tomando progressivamente o controle

dos órgãos de decisão do Estado. «Brasil, Chile e Uruguai são os que foram mais longe na institucionalização da nova ordem».

O documento acusa ainda tais regimes de se entregarem «a uma repressão feroz» contra seus adversários, de violar os direitos mais elementares da pessoa humana, e de fazer da tortura e dos maus tratos aos suspeitos uma prática generalizada e quotidiana. Esta repressão é destinada a manter «o sistema econômico capitalista na sua forma mais pura, praticamente a mesma do século dezenove».

Depois de classificar tais regimes como «contra-revolucionários», o relatório afirma que a repressão de «toda atividade política, democrática, seja liberal, conservadora ou socialista...» se transforma em um valor próprio tal como a disciplina nas forças armadas. Os traços característicos dessa nova forma de Estado seriam então:

— Convicção que a democracia tradicional é ultrapassada e impotente para resolver os problemas contemporâneos.

— Insistência sobre a «luta contra o co-

munismo» cuja consequência é a tentativa da formação de um bloco ideológico, político e militar de todos os países da região».

— Preocupação de basear o desenvolvimento econômico em um modelo «extremamente liberal». Trata-se, em particular, de dar facilidades aos investidores estrangeiros, de proteger a empresa privada e de restituir ao setor privado certas atividades até então asseguradas ao setor estatal (tal conclusão, como todas as demais citadas ao longo do artigo, pertence ao próprio relatório, analisado, no *Le Monde*).

— Enfim, repressão generalizada e controlada da imprensa, do sistema educativo e das atividades políticas, sindicais e mesmo religiosas.

O relatório dedica ainda alguns trechos à Bolívia e ao Paraguai. Quanto ao Peru, apesar de algumas críticas, ressalva que a despeito da clara virada à direita empreendida pelo regime nos últimos tempos, os militares «continuam a operar em favor de profundas mudanças econômicas» e que «a máquina de repressão é bem menos severa».

ANTICOMUNISMO É ARMA DA DIREITA

NAÇÃO

Crise política e econômica aguça as contradições do regime

A Nação vive um período de extrema complexidade. Dificuldades se somam no campo político e no econômico. O regime manobra para neutralizar uma oposição que, coesa, pode lhe impor derrotas graves. Unidade é a solução.

Ao entregar os destinos do País nas mãos de Deus, em seu discurso de fim de ano, o ditador Geisel apresentou mais uma prova cabal da falência do regime que ele está encarregado de dirigir. Na verdade, a ditadura fascista que se encontra no poder acumulou tantas e tais contradições ao longo destes 13 últimos anos que só o apelo aos poderes extra-terrenos pode aliviar algumas das suas crescentes dificuldades.

O decorrer do ano de 1977 aparece deste ponto-de-vista como crucial para o regime. Os problemas existentes nas áreas econômica e política vêm se avolumando de tal forma que a ditadura parece não encontrar saída no quadro institucional, arbitrário e repressivo, que ela mesma estabeleceu. Ao mesmo tempo, cresce a insatisfação das camadas populares e acentua-se a ação das forças e setores oposicionistas, o que contribui para estreitar a área de manobra já reduzida do governo.

Neste sentido, é curioso que as autoridades governamentais manifestem uma profunda preocupação diante do fato de que o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), durante o ano de 1976, tenha sido de 8,8%, de acordo com as estimativas preliminares do Ministério da Fazenda. Esta preocupação é tanto mais estranha, à primeira vista, na medida em que o mundo capitalista, ao contrário do que andaram apregoando alguns apressados porta-vozes dos monopólios internacionais, está ainda longe de se recuperar da recessão que se abateu sobre ele, e apresentou taxas de crescimento medíocres, em seu conjunto, em 1976. Por que, então, uma taxa de crescimento que pode ser considerada alta, como é o caso do Brasil, constitui fonte de inquietação para os dirigentes do País? Por que os «sucessos» econômicos não são mais explorados pelo regime de maneira demagógica como o foram nos últimos anos?

Isto ocorre simplesmente porque o governo sabe que o crescimento verificado du-

rante o ano de 1976 não consegue encobrir um quadro extremamente difícil para a economia brasileira. Diante da alternativa que se apresentava entre a estagnação e um crescimento que agravou profundamente os problemas econômicos oriundos do modelo antinacional e entreguista adotado pelo regime, a política de desaceleração do ritmo de crescimento posta em prática por Simonsen trouxe os seguintes resultados, além dos 8,8% de aumento do PIB: a taxa de inflação admitida pelo governo foi de 46% (o que significa que a inflação certamente ultrapassou 50%) e o déficit da balança de contas correntes foi de 6 bilhões e 800 milhões de dólares (2 bilhões e 400 milhões de déficit para a balança comercial mais 4 bilhões e 400 milhões de déficit na balança de serviços, inclusive o serviço de dívida externa), o que significa novo aumento da dívida externa.

As primeiras medidas, não mais de desaceleração, mas de freiação brutal da economia, foram já, aliás, tomadas pelo governo: corte de 40 bilhões de cruzeiros nos investimentos, agravando assim o desemprego. Diante desta situação, o governo não pode se permitir a manutenção de uma taxa de crescimento elevada em 1977; o crédito terá que ser comprimido, assim como as importações, o que certamente determinará um quadro global sombrio, cujas repercussões serão sentidas principalmente pelas camadas populares, submetidas a uma brutal exploração, garantida pelo aparelho de repressão que o regime desenvolveu. Além disto, o descontentamento começa a surgir nas camadas empresariais, criando, desta forma, um foco de tensões à mais para a ditadura.

Mas as dificuldades enfrentadas pelo governo de Geisel estão longe de se reduzir à área econômica. O processo político brasileiro vem se desenvolvendo de tal maneira que a ditadura encontra mais e mais dificuldades para manter o sistema de arbítrio e terror por ela criado. As relações do regime com os setores mais representativos da sociedade brasileira continuaram a se degradar durante o ano de 1976 e nada permite supor uma recomposição destas relações de modo a aliviar as pressões que ele virá a sofrer daí.

É mais que evidente, dadas as circunstâncias, que o calendário eleitoral não poderá ser mantido sem uma enérgica ação de mobilização das forças democráticas. O governo sabe que em 1978, com toda a certeza, a oposição terá condições de ganhar as eleições nos mais importantes Estados da Federação, o que implicará no controle oposicionista dos executivos estaduais mais expressivos. Ao mesmo tempo, o regime poderá perder a maioria parlamentar, pelo menos no Senado. As investidas ditatoriais no sentido de inverter a situação a seu favor, pelo uso puro e simples da força, não tardarão. Seja sob a forma de prorrogação dos mandatos, seja pelo restabelecimento de eleições indiretas para o governo dos Estados somadas à castração das Assembléias Legislativas em que o MDB tem maioria, seja através da combinação de várias fórmulas institu-

cionais, o regime vai, certamente, tentar recuperar a iniciativa política que vem escapando gradualmente de suas mãos. Mas não são medidas de arbítrio (frequentes, por sinal, no Brasil, nos últimos anos) que poderão restabelecer a situação a favor da ditadura. Tais medidas têm folego curto. E, a curto prazo, elas só poderão aprofundar o isolamento do regime ditatorial instalado em 1964, acentuando assim o seu declínio. A situação política ora existente no País é de grande complexidade. As manobras da ditadura é necessário responder com uma posição firme das forças de oposição ao regime que devem estar, mais que nunca, unidas em torno da luta pelas liberdades democráticas.

P. Gonçalves

Violência assassina contra o PC do B

A brutalidade do aparelho de repressão do regime fascista existente em nosso País foi mais uma vez evidenciado quando do assassinato e prisão de vários dirigentes do PC do B, fato ocorrido em dezembro último. Apesar de mantermos com aquela organização divergências profundas, que vão desde a apreciação do movimento comunista internacional até os problemas relativos à tática e à estratégia do processo revolucionário brasileiro, desejamos exprimir aqui a mais legítima indignação diante de mais este ato de violência e selvageria cometido pelo poder fascista que oprime nosso povo.

A lista de vítimas da brutalidade policial lançada contra o povo é longa. Homens e mulheres de todas as camadas sociais passaram pelos cárceres do regime, e vários ali deixaram suas vidas. O povo brasileiro está aprendendo que o caminho da luta antifascista é longo e doloroso. Os crimes cometidos pelo regime são a expressão de um poder que pretende, por todos os meios possíveis, calar qualquer forma de protesto e de oposição organizada no Brasil. Diante da resistência oferecida pelo povo ao processo de fascistização do País, a ditadura não hesitou em desencadear campanhas de repressão que levaram sistematicamente à prisão, à tortura e ao assassinato de grande número de dirigentes e militantes da luta antifascista.

Não é de estranhar, portanto, que o clima de violência instaurado pelo regime de 1964 continue se desenvolvendo. A ditadura está enfrentando dificuldades em todos os terrenos; e descontentamento popular se avoluma, e a única resposta que o regime pode oferecer é a repressão. Fatos como o que custaram a vida de Pedro Pomar e outros, clinicamente assassinados pelos órgãos de repressão, são comuns no quadro do regime que se encontra no poder. Mas tais fatos não conseguiram até hoje, e não conseguirão, no futuro, quebrar a resistência popular.

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE VOZ OPERARIA

Os resultados do pleito municipal de 15 de novembro são uma prova a mais, e bastante evidente, do descontentamento do povo brasileiro com a ditadura militar-fascista. Deixam claro, ao mesmo tempo, como crescem e se ampliam as forças da oposição e de resistência ao regime.

Fracassaram, desse modo, todas as manobras e esforços da ditadura para transformar as eleições em manifestação de apoio do povo ao regime e à sua política. O ditador Geisel e seus acólitos, ante a escassa maioria de votos recolhidos pela ARENA, vêm fazendo um grande alarido sobre o êxito eleitoral do regime. A verdade é bem diferente. Como reconhece a própria imprensa conservadora, a vitória do governo tem sabor de derrota. Como falar de vitória numa eleição em que a oposição quase não teve possibilidade de fazer propaganda e de comunicar-se com os eleitores? E em que os candidatos e eleitores estiveram constantemente ameaçados pelos órgãos de repressão fascista? O próprio voto anulado, dado ao «feijão preto», é um voto de protesto contra o regime de miséria e fome.

A verdade, portanto, é outra. Os resultados das eleições constituem, isso sim, uma demonstração da força crescente da oposição. Os milhões de brasileiros que votaram contra o governo, apesar da pressão e das ameaças a que foram submetidos, deram uma resposta contundente à política da ditadura. Os patriotas e democratas votaram contra o conteúdo ultra-reacionário, antinacional e antipatriótico desta política. A condenação da ditadura, principalmente pela massa trabalhadora dos centros urbanos e industriais mais importantes do País, é a conclusão fundamental que se deve tirar das eleições de 15 de novembro. As grandes massas, sem maiores ilusões sobre o valor das eleições nas condições do regime fascista, sabendo não estar travando uma batalha definitiva contra a ditadura, resolveram acotar o desafio de Geisel: deram às eleições um caráter plebiscitário, colocaram a ditadura no banco dos réus e condenaram-na.

Responderam, assim, à dura realidade em que vive a imensa maioria do povo brasileiro. Condenaram a difícil situação que, neste momento, atravessa o País. Situação marcada a fundo pela inflação crescente, pelos déficits na balança comercial e de pagamentos, pelo avultado endividamento externo, pelos salários de fome e pelo alto custo da vida, pelos constantes maus tratos, torturas e assassinios de camponeses e indígenas, pelas medidas violentas para expulsar os posseiros de suas terras, pelo domínio incontestável de toda a vida econômica do Brasil pelos monopólios imperialistas e nacionais, pelo desemprego, pela corrupção na administração pública, pela desnutrição e doença de milhões de compatriotas das cidades e do campo e, principalmente, pela falta de liberdade e total insegurança dos cidadãos.

O PCB, por tudo isso, avalia de maneira positiva os resultados das eleições. Constituem elas uma indicação concreta de que o povo brasileiro reitera, abertamente, seu desacordo em continuar marginalizado da vida política e demonstra, simultaneamente, seu desejo de participar na escolha dos dirigentes do País. Esta não é uma afirmação vã, feita apenas pelos que nos opomos decididamente ao regime. É também o que reconhece um órgão de imprensa tão insus-

Declaração da Comissão do Partido Com

Significação do resultado das eleições — Situação atual do País — As possibilidades ainda importantes do regime e sua tática para contra-atacar — Surgimento e desenvolvimento de um amplo movimento de opinião pública contra a ditadura como traço principal da situação política — Dificuldades imediatas do regime — Tarefas que se apre-

peito no caso como *O Estado de São Paulo*, quando escreve que «nem mesmo os detentores do poder ignoram estar o País em oposição ao sistema».

As eleições de 15 de novembro foram, desse modo, uma confirmação a mais do descontentamento popular e da resistência ao conjunto da política fascista de Geisel que, sob as mais diversas formas, vêm se manifestando, em escala crescente, em todo o território nacional. Não configurando ainda um quadro de amplas lutas de massas, as manifestações contra a ditadura e as brechas que, em consequência disso, ela começa a apresentar, deixam entrever os primeiros sintomas de sua exaustão. Isso não significa, é certo, que a ditadura esteja moribunda. Ela ainda dispõe de forças suficientes para contra-atacar, e contra-ataca com violência. Não devemos, portanto, nos iludir quanto às suas possibilidades de recuperação.

É preciso porém ter bem claro esse quadro. Porque é daí que decorre a ambiguidade da política atual da ditadura, uma ambiguidade entretanto que não obscurece seu principal objetivo tático no momento — frustrar a ascensão da luta de massas que se inicia no País, e impedir a organização e o fortalecimento da coligação antiditatorial.

Se, de uma parte, o governo fascista lança mão da astúcia para ampliar sua base política, falando em «distensão» e em «defesa dos interesses nacionais», de outro, vê-se obrigada a permanecer no terreno do arbítrio e declara, pela boca de Geisel que «o regime é o que é, dele gostemos ou não». Ou, como diz um porta-voz menos graduado da ditadura, «extinguir o AI-5 é irresponsabilidade». E, mais do que declarações, dando a tônica da violência do regime, continuam as prisões, os sequestros, as execuções sumárias e as cassações de mandatos e de direitos civis.

Ao mesmo tempo, a ditadura procura modificar seus métodos de repressão. Tenta substituir a violência, os sequestros, torturas e assassinios praticados diretamente pelos órgãos oficiais de repressão, pelo terrorismo extralegal, mas com evidente cobertura dos órgãos oficiais, como é o caso da AAB. Dessa forma, pretende a ditadura fugir à responsabilidade pelos crimes cometidos, frente à repulsa que encontram, tanto dentro como fora do Brasil, Cabe aos comunistas e a todos os democratas desmascarar e denunciar essa mudança nos métodos de repressão.

Nos planos táticos da ditadura, destacamos os esforços que ela realiza para dividir a oposição, seja agitando a bandeira do anti-comunismo, seja realizando uma repressão seletiva contra os comunistas e antifascistas mais combativos. Com tais manobras, a ditadura visa a intimidar os elementos vacilantes da resistência democrática e patriótica e impedir que os mais combativos e consequentes prossigam em sua ação para organizar e dar forma a uma ampla coligação antifascista. Ante os atentados terroristas contra organizações, instituições e personalidades que cumprem o dever democrático e patriótico de resistir à política da ditadura, ante a explosão de bombas, dos assassinatos e das tropelias praticadas pelos bandos armados fascistas ligados aos chamados órgãos de segurança, fica claro que a pretensão da ditadura é criar um clima de terror e de desestabilização que justifique novas ondas de repressão contra o povo.

Até aqui, as manobras de Geisel vêm sofrendo crescentes réveses. A resistência das forças democráticas e patrióticas, tanto em face ao terrorismo como ante as manobras divisionistas da ditadura, tem semeado o pessimismo — e, em muitos casos, o desespero — entre as fileiras e os homens do regime. Ao contrário, do lado da oposição, está criando premissas para a ampliação e unidade de suas forças e despertando, em seu seio, uma esperança saudável e realista.

Os resultados das últimas eleições, ao mesmo tempo, ao expressarem e acentuarem o descontentamento de milhões de cidadãos, principalmente das massas trabalhadoras, ante o descalabro que reina no País, como fruto da política que lhes foi imposta desde o golpe de 1964, dá razão ao que afirmava o PCB em dezembro de 1975. Então, depois de assinalar que «o traço principal da situação política nacional está no surgimento e desenvolvimento de um amplo movimento de opinião pública contra a ditadura e no fortalecimento da oposição ao regime fascista», dizíamos: «O isolamento crescente do regime, acompanhado da tendência de reforçamento das forças antifascistas e patrióticas e da instabilidade política, cada vez maior, poderá conduzi-lo a uma grave crise política».

Passada a campanha eleitoral, na qual o regime buscou em vão o fortalecimento que não conseguiu, o governo de Geisel depara-se com uma situação complexa e cheia de dificuldades. Entre estas, podemos

Comissão Executiva Comunista Brasileiro

sentam aos comunistas neste momento — Sim à verdadeira pacificação! — Reflexão sobre as Forças Armadas onde democratas constituem a maioria — O combate ao antisovietismo utilizado pelo regime para cobrir seus planos militaristas e expansionistas — Não há democracia sem o concurso do PCB.

aqui enumerar as mais importantes: A situação econômico-financeira do País, que tende a agravar-se, piorando as condições de vida do povo, o que não pode deixar de incrementar sua resistência e oposição ao regime.

A questão relacionada com as eleições parlamentares e para governadores estaduais, em 1978, que criará uma difícil situação para a ditadura, porque, além da possível conquista pelo MDB da maioria parlamentar, a ditadura poderá ser batida, mesmo no caso de eleições indiretas para governadores, em três dos Estados mais importantes.

A questão das difíceis relações entre a Igreja Católica e o regime, posta à nu agora, com maior destaque, com a Declaração do CNBB, que não pode deixar de chegar ao conhecimento das amplas massas, apesar da proibição de sua difusão pelo rádio e das dificuldades opostas à sua publicação pela censura oficial.

É, finalmente, de ressaltar a questão da sucessão de Geisel, que contribuirá para aprofundar os conflitos e as contradições nas Forças Armadas, como ocorreu por ocasião da substituição dos ditadores anteriores.

Diante desse quadro, abrem-se para as massas populares novas e melhores perspectivas para a luta por suas reivindicações, como também para, no curso de tais lutas, acumular forças para os duros e numerosos combates que teremos de travar até a derrota final da ditadura.

Por isso, neste momento, o mais importante é apontar os rumos em que orientar nossa atividade. E nesse sentido indicamos:

1. Realizar esforços a fim de convocar todas as forças sociais e correntes políticas à unidade e ação, com base na plataforma da frente antifascista e patriótica por nós sugerida, salientando os pontos relacionados com as liberdades democráticas e com os interesses dos trabalhadores. Chamamos a esta unidade todos os patriotas e democratas, mesmo aqueles que ainda hoje apoiam a ditadura ou participam das fileiras da ARENA. O essencial é que tudo isso dê à frente antifascista e patriótica uma direção correta e firme.

2. Realizar esforços para dar continuidade e ampliar as campanhas que estão contribuindo e dando forma à frente antifascista e patriótica, em curso em todo o País, entre as quais destacamos: a campanha pela anistia; a campanha contra o AI-5; a campanha

contra a censura; a campanha, em que se destaca a Igreja Católica, contra as prisões arbitrárias, a tortura e os assassinatos e o terrorismo; e a campanha para controlar e limitar a ação das empresas multinacionais que ferem a soberania do País, endividam o Estado, desnacionalizam a economia e drenam para o exterior uma parte considerável das riquezas criadas pelo trabalho do povo brasileiro.

3. Organizar a luta pela manutenção do calendário eleitoral e pelo voto direto nas eleições de governadores estaduais. Realizar esforços para, em torno desses objetivos, dar maior unidade às forças da oposição e, conseqüentemente, influir positivamente na ação mobilizadora do MDB, em particular entre os trabalhadores, as mulheres e os jovens.

4. Combater e desmascarar o anticomunismo e o anti-sovietismo, argumentos que a ditadura utiliza para justificar sua doutrina de segurança nacional e sua ação repressiva. Isso é particularmente importante hoje, quando boa parte da opinião pública começa a falar de «pacificação nacional».

O PCB, compreendendo que cresce o número de pessoas e correntes políticas que desejam a pacificação do País, o fim do arbítrio, compreendendo que grande parte dos que falam em «acordo político» não são oportunistas ou partidários de conchavos com a tirania, declara, mais uma vez, que, ao contrário do que afirmam os porta-vozes da ditadura, os comunistas não são partidários da violência pela violência e sempre combateram as ações aventureiras.

Por princípio, e precisamente por sermos partidários da transformação socialista do Brasil, sempre lutamos pelas liberdades democráticas e pelos interesses dos trabalhadores. Vemos na democratização da vida nacional, na incorporação das massas de milhões à vida política do País, o meio para realizar as grandes reformas históricas que abriam, no Brasil, o caminho para o socialismo.

Por sua vez, a grave situação econômica que atravessa o País, mais do que nunca, exige a unidade de todos os patriotas e democratas para evitar a bancarrota e o caos econômico, do qual serão justamente os trabalhadores suas maiores vítimas.

Não discordamos, assim, da pacificação do País. Não somos revanchistas. Embora saibamos que no meio dos militares encontram-se torturadores e assassinos de comu-

nistas e de outros antifascistas e patriotas, isso não nos impede de reconhecer que a maioria dos militares é constituída de patriotas, que se sentem humilhados com o papel que lhes é atribuído de carrascos do povo e não podem também estar de acordo com a política da ditadura de total entrega do Brasil aos monopólios estrangeiros, política que nega a soberania nacional e subordina o País aos governantes de Washington e aos generais do Pentágono.

Mas a reconciliação nacional só poderá realizar-se com a plena vigência das liberdades democráticas e conseqüente garantia dos direitos dos trabalhadores. Principalmente com a liberdade de livre organização do povo, num regime em que seja garantido o direito de organização e vida legal para o Partido Comunista e para o movimento operário e sindical.

É importante também, nessa linha de ação antiditatorial, a denúncia do anti-sovietismo.

Trata-se de desarmar a propáganda da ditadura, que justifica seu caráter repressivo e sua política exterior pró-imperialista, a partir de uma suposta ameaça da União Soviética e demais países socialistas, ou do que chama de «comunismo internacional», à segurança e paz de nosso povo. Nesse sentido, o PCB não esmorecerá em sua ação junto às massas e demais correntes antifascistas, em mostrar o papel histórico que desempenha a União Soviética como principal promotora da distensão internacional e infatigável defensora da paz mundial.

Ao assinalar os rumos unitários que orientam nossa ação antifascista, não podemos deixar de insistir e de esclarecer um aspecto fundamental dessa política — a convergência que agora estimulamos e a coligação antiditatorial que propomos para liquidar a ditadura militar-fascista não tem apenas um caráter tático. Seus objetivos são mais amplos. É preciso que elas se projetem no futuro e que se transformem, após a queda do fascismo numa aliança também para solucionar graves e antigos problemas nacionais, muitos dos quais foram extremamente agravados por mais de 12 anos de um poder arbitrário e ditatorial. Precisamos então evitar que as forças antifascistas e patrióticas, que se tenham coligado para resistir e derrotar o fascismo, se dividam e se dispersem, e debilitem, dessa forma, o esforço do povo para extinguir as raízes da reação e construir um regime democrático avançado.

O PCB declara estar disposto a se bater para que a unidade que venha a ser conseguida na luta contra a ditadura — pelo menos a das suas correntes fundamentais — se prolongue no período que se seguir à queda desta, a fim de tornar possível e facilitar a realização de uma profunda transformação da sociedade brasileira. É necessário porém que as grandes forças que estão se afirmando na luta contra a ditadura entendam que não é possível derrotar o fascismo e assegurar a democracia no Brasil sem o concurso do PCB, e muito menos contra ele. Qualquer concessão nesse terreno à pressão da reação será sempre, e em última análise, um erro que favorecerá a direita. E, como tal, não servirá nem à consolidação da democracia, nem à solução das questões fundamentais das quais depende o progresso econômico, político e social do Brasil.

Luis Carlos Prestes
Secretário Geral do PCB

SINDICATOS

Demagogia, arma da ditadura para mascarar ação repressiva

Há por parte do regime fascista existente no Brasil a preocupação de aplicar uma política social que busca ganhar, pela demagogia, a consciência das massas trabalhadoras. Isto, evidentemente, ao lado da repressão, permanente ao movimento operário e sindical, e às lideranças autênticas emergentes.

Esta repressão é claramente notada nos seguintes momentos: a lei que trata do direito de greve, negando-o totalmente, a imposição do critério de apoliticismo para a seleção de candidatos às eleições sindicais (não ser contra o regime), e na transferência de funções do Estado para os Sindicatos nos terrenos habitacional, educacional e médico-hospitalar burocratizando-os ao máximo e lhes deixando pouco tempo e recursos para organizar a luta contra a exploração dos trabalhadores).

Quanto à demagogia, ela está presente em toda a legislação trabalhista posterior a 1964. A vastidão e a complexidade do tema nos faz limitar este artigo a uma espécie de resumo.

Na política salarial, por exemplo, encontramos dois elementos que muito concorrem para o engano e a divisão dos trabalhadores: o mecanismo do reajuste colocando todas as categorias profissionais em condições de igualdade na revisão dos acordos salariais, e a criação da taxa de produtividade.

Pelo sistema vigente até 1964, as categorias com maior grau de organização e nível de consciência conseguiram maiores aumentos recorrendo à preparação e decretação de greves. As menos combativas ficavam em nível de inferioridade o que colocava suas lideranças colaboracionistas em xeque constante diante das bases sindicais. Com a implantação da atual política salarial o demagógico conceito de «igualdade» não revela que a paridade se faz por baixo, e estimula justamente a omissão. O lutando ou não lutando, tenho a mesma coisa. Então não luto que, pelo menos, não me prendam! passou a ser um raciocínio natural em determinados setores, e isto teve influência. Os sindicatos que antes tinham menos poder de barganha, embora tenham se manifestado contra a política salarial, não se lançaram numa mobilização ativa contra ela.

Quanto à taxa de produtividade, ela foi instituída para dar a idéia de que os trabalhadores participavam dos frutos do crescimento econômico. A prática provou que isto não

Ao lado da repressão permanente, o regime se empenha em criar a divisão entre os trabalhadores através de medidas demagógicas. Taxa de Produtividade, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Programa de Integração Social, todos se inscrevem numa mesma estratégia traçada pelos monopólios depois do golpe de 1964, com o fim da legislação trabalhista até então existente. Denunciar o verdadeiro caráter das mudanças impostas é tarefa dos democratas nos Sindicatos.

acontecia, porém abriu a possibilidade dos trabalhadores polemizarem sobre a questão da produtividade, o que já está acontecendo.

Na Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o regime restringiu a questão da «dispensa por justa causa», na relação patrão-empregado, ao problema do trabalhador receber ou não, quando dispensado, a correção monetária e os juros de capitalização. O maior interesse das empresas não está na correção monetária ou nos juros, mas sim na rotatividade da mão-de-obra. Enquanto isto, a limitação ou quase eliminação da necessidade da empresa de buscar a «justa causa» na dispensa confunde os trabalhadores, no sentido de que lhes dá uma falsa idéia de compensação correta dos seus serviços. Patrão e governo, até que a máscara não lhes seja tirada pela prática conseguem desfilar a sua fantasia de «bonsinhos».

A confusão se cria ainda quando, por outro lado, se dá ao trabalhador a «possibilidade» de pedir demissão e receber a correção monetária e os juros de capitalização, o que não ocorria antes da instituição do FGTS. Vale repetir — para não ser necessário esmiuçar a lei do FGTS, o que mereceria um artigo específico —, que o que interessa aos patrões, e para isto o FGTS vem demagogicamente sob medida, é a capacidade de dispor do controle da rotatividade permanente da mão-de-obra e da consequente política de salários desvalorizados. Não é por acaso que tal lei se inscreve numa prioridade especial para que os grandes monopólios multinacionais investissem no chamado «milagre econômico» cuja história já parece chegar ao fim.

No Programa de Integração Social encontramos a difusão da idéia de que o trabalhador participe dos lucros da empresa e que, como decorrência, deve se integrar com o patrão na salvaguarda dos destinos de propriedade privada capitalista. O que ocorre em verdade é que o PIS constitui seus fundos com uma percentagem que as empresas deixam de pagar ao Imposto de Circulação de Mercadorias, o ICM, e ao Imposto de Rendas, correspondente a 0,5% e 5% respectivamente. O fundo do PIS não sai, portanto, do lucro líquido das empresas mas, basicamente, do próprio salário do trabalhador embora para este se crie uma imagem confusa de ser uma dívida do governo e do patronato.

O PIS possui 16 milhões de empregados

cadastrados, dos quais 47,1% em S. Paulo, e 15,16% no Rio. A quota média de participação (acumulada) passou de Cr\$ 1.160,00, em junho de 1975, para Cr\$ 1.700,00, em junho de 1976, o que representou um aumento de 46,5%. A quota média de rendimento, nesse mesmo período, passou de Cr\$ 245,00 para Cr\$ 450,00. Entre junho de 1976 e abril de 1977, cerca de 13 milhões de trabalhadores poderão sacar individualmente Cr\$ 450,00 da quota média de rendimento. A partir de então, deverá entrar em vigor o 14º salário (um salário mínimo regional) a cada cadastrado que receber mensalmente menos de cinco salários mínimos.

Os dados mostram como o regime, trabalhando com o dinheiro tirado do próprio salário do trabalhador, pode dispor de um arsenal para a sua demagogia social no sentido de disputar o controle da sua consciência. A divulgação das formas contábeis que permitem à ditadura dispor de tais fundos; a denúncia permanente de que eles são parte do próprio salário e não alteram em nada o lucro das empresas, estas são algumas das tarefas que se impõem às lideranças sindicais autênticas. E para cuja ação, as dificuldades econômicas que se apresentam à ditadura, com suas consequentes contradições, começam a permitir condições objetivas de trabalho.

Tais contradições se revelam, por exemplo, no terreno da preparação da mão-de-obra que se tornou necessária com o crescimento do setor industrial, atingindo a trabalhadores antigos, mas principalmente aos jovens. Nesse sentido, o regime criou, ao lado do SENAI e do SENAC, o SENAR — Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — o que, se lhe permite exercer diretamente uma influência alienatória, não pode impedir o desenvolvimento técnico e o crescimento da consciência de classe desses trabalhadores do campo. O que a realidade tem mostrado.

No plano da previdência social, o regime tomou medidas que levaram ao aumento do número de segurados e dependentes. Em 1973, para uma população de 76 milhões de habitantes, os segurados somavam 6.300.000 correspondendo a 7% da população. Em 1976, com uma população de cerca de 110 milhões, os segurados são 30.130.000, ou seja, 27,2% de população, estimando-se que segurados e dependentes cheguem a 80%. Tal crescimento decorreu, fisicamente, da criação do Prorural (camponeses), pela ampliação da previdência aos empregados domésticos, e pela filiação dos autônomos. É inagável que isso permitiu aumentar a influência do regime sobre essa massa de trabalhadores.

Como se vê, o arsenal da demagogia é vasto. Mas não pode se impor sempre sobre a realidade objetiva, e o que se constata é que a resistência dos trabalhadores à política patronal, e em benefício do capital estrangeiro que a ditadura tenta levar a cabo, se faz presente a cada dia em uma intensidade maior.

Nenhuma entidade sindical, mesmo as dirigidas por sindicalistas governistas, se pronunciou a favor da política salarial. To-

FIM AO ARROCHO SALARIAL

das, ao contrário, se pronunciaram contra. O FGTS está sob fogo permanente da crítica sindical, assim como a lei que trata do direito de greve. As críticas à previdência social são contundentes. São sistêmicas as depredações de postos de assistência pelo péssimo atendimento e má qualidade dos serviços. Somente em relação ao PIS, pelo seu próprio mecanismo complexo, observa-se um certo silêncio.

No campo, especialmente no Norte e no Centro-Oeste, aumentam os conflitos entre os camponeses e as empresas — nas quais pontificam as multinacionais — que tentam expulsá-los de suas terras. No Sul, se desenvolve a luta dos assalariados agrícolas pelo pagamento do salário-mínimo e pela efetiva aplicação da legislação trabalhista no campo. Em S. Paulo, pela primeira vez depois de sua constituição, se reuniram, frente à frente, todas as entidades sindicais de empregadores e empregados rurais para discutir um acordo coletivo de trabalho, e para tratarem especialmente da situação dos «bóias-frias».

É este sentido de resistência que levou os trabalhadores a compreenderem a necessidade da participação na luta política em todos os níveis, impondo ao governo derrotas esmagadoras nas eleições de 1974 e 1976, em todos os principais centros industriais do País. Diante dessa resistência, é natural o desespero do General Geisel no encontro que teve com 75 representantes de sindicatos e federações de Minas Gerais: «Não aceito essa balela que nos querem impingir: a luta de classes. Não se deixem envolver pela cizânia que o comunismo quer introduzir entre nós».

O que Geisel não quer aceitar é que tanto a luta de classes quanto o comunismo são inevitáveis no desenvolvimento da humanidade. Tão inevitáveis quanto o fim do regime de terror que ele representa.

Corvalan libertado pela solidariedade internacional

A libertação do camarada Luis Corvalan, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, é uma prova a mais da força da solidariedade internacional diante dos regimes fascistas.

Os comunistas brasileiros, que da primeira hora manifestaram sua mais enérgica repulsa diante dos crimes cometidos pela junta fascista encabeçada pelo traidor Pinochet, vêem na libertação de Corvalan um passo importante na luta do povo irmão do Chile, assim como dos demais povos oprimidos do continente.

PAULO PONTES

«É tempo de meio silêncio, de boca gelada e murmúrio, palavra indireta»

(Drummond)

Afirmar que o desaparecimento de Paulo Pontes deixa um vazio preocupante na cultura brasileira não é tão óbvio como poderia parecer.

Porque Paulo Pontes, parceiro e amigo do também prematuramente falecido Oduvaldo Vianna Filho e de Chico Buarque de Holanda, teve uma trajetória artística e cultural abrangente, de largos horizontes intelectuais, e, autor, foi ator da cena brasileira. Perdemos mais que um escritor, mais que um teatrólogo, mais que um estudioso da cultura brasileira. Perdemos um referencial. Um homem que, como definiu Dias Gomes, «tinha um admirável otimismo combativo» porque acreditava «na vitória final da justiça e da concordia» («Veja» n. 435).

Da criação do Grupo Opinião a «Gota D'Água», já assistida por mais de 200 mil pessoas, passando pela televisão e pela animação dos Ciclos de Debates do Teatro Casa Grande, o trabalho de Paulo Pontes foi um dos mais eloquentes exemplos de resistência democrática cultural deste já muito longo período de ditadura: «Acho que o teatro brasileiro comprometido com toda uma corrente de pensamento que foi golpeada, esse continuou resistindo. Cometeu muitos equívocos, às vezes se desesperou, em alguns momentos se omitiu, em outros tentou o deboche, se auto-debochou, tudo como manifestação deformada de sua vontade de se exprimir. Mas hoje, depois do desespero, depois da importação de vanguarda, depois da omissão e do autodeboche, acho que está demonstrado que só há uma saída para o teatro brasileiro: é voltar a se ligar aos problemas do povo brasileiro».

«Agora que a experiência de todos esses anos já nos permite uma avaliação, fica cada vez mais claro que nós temos de tentar, de todas as maneiras, a reaproximação com nossa única fonte de concretude, de substância e até de originalidade: o povo brasileiro. (...) O fundamental é que a vida brasileira possa, novamente, ser devolvida, nos palcos, ao público



brasileiro». (Citado pelo «Jornal do Brasil» de 28-12-1976).

Poucos dias antes de sua morte cruel aos 36 anos de idade, o lutador relançou a seus amigos, reunidos à beira do leito, a proposta que prolongará, por muitos anos, sua presença: construir o grande projeto de cultura nacional e popular que corresponde às exigências da maioria oprimida dos brasileiros, imensa maioria que já sabe muito bem o que não quer mas não tem ainda os instrumentos para conquistar o que quer e o que virá a querer.

Flavio Rangel, no enterro, reiterou, incorporando-a em nome «de todos os seus companheiros de luta», a proposta: «... (Todos os que aqui estão vão continuar sua tarefa, voltada sempre para a defesa dos humildes e da liberdade total para seus semelhantes.» («Veja» n. 435).

A obra e a atuação de Paulo Pontes não só ficarão como irão desdobrar-se, na medida em que sua proposta lúcida seja entendida e levada à prática.

Mais de 30 anos antes, o Poeta Drummond desenhara o quadro geral em que viria a florescer Paulo Pontes:

«É tempo de meio silêncio, / de boca gelada e murmúrio, / palavra indireta, aviso / na esquina. Tempo de cinco sentidos / num só. O espião janta conosco.»

É lançara a divisa:

«O poeta / declina de toda responsabilidade / na marcha do mundo capitalista / e com suas palavras, intuições, símbolos e outras armas / promete ajudar / a destruí-lo - como uma pedreira, uma floresta / um verme.»

O conhecimento amplo das posições dos comunistas é fundamental para a luta coerente pela democracia

FIM AO OBSCURANTISMO CULTURAL

IDEIAS

Dois equivocados perigosos diante da ditadura militar fascista

Entre as forças que podem ser mobilizadas para a ampla frente democrática que, mais cedo ou mais tarde, vai acabar com o regime fascista que sufoca o povo brasileiro, manifestam-se, de vez em quando, duas tendências opostas que precisam ser constantemente criticadas. A primeira é a tendência dos que se impressionam demais com as «brechas» que o regime deixa que apareçam (ou que ele não consegue tapar): são pessoas que começam a acreditar que, por ter «brechas», o regime não é fascista. A segunda é a tendência dos que, convencidos do caráter fascista do regime, desprezam as possibilidades de um trabalho político necessário no aproveitamento das «brechas». A primeira alimenta ilusões «reformistas», tende ao oportunismo «de direita»; a segunda tende ao sectarismo, ao «extremismo de esquerda», que Lênin tanto combatia.

Na realidade, o fascismo mudou muito, dos tempos de Hitler e Mussolini para cá. A derrota militar do nazi-fascismo em 1945 desmoralizou tão profundamente as cruzes suásticas, o anti-semitismo, as «camisas negras» e as formas de racismo mais primitivas, que os fascistas atuais se vêem obrigados a buscar outros símbolos e outras formas para se organizarem, outros métodos e palavras de ordem para agirem. O fascismo atual — como se viu, por exemplo, no caso da «ditadura dos coronéis», na Grécia — não precisa de um partido de massas para explorar os ressentimentos da pequena burguesia em proveito do capital financeiro; ele trata de «despolitizar» a sua massa potencial, reduzindo-a à posição passiva de contempladora de aparelhos de televisão.

Com a mudança que ocorreu na «fisionomia» dos regimes fascistas, as «brechas» aparecem mais, eles parecem «impuros» e algumas pessoas têm dificuldade para reconhecê-los. Mas a verdade é que já os regimes fascistas «clássicos» da época de Hitler e Mussolini tinham «brechas» e «impurezas».

O primeiro regime fascista «clássico» da história — o de Mussolini, implantado na Itália nos anos vinte, com um partido único pseudopatriótico e confessadamente imperialista — só foi estabelecido depois que a

Por oportunismo ou por sectarismo, erros graves podem ser cometidos na ação contra o regime fascista. Um, por se achar que a existência de possibilidades de expressão é a prova que o regime é diferente. O outro, por se considerar que a existência do fascismo impede que haja contradições por onde se pode conduzir algumas formas de luta legal.

direita conseguiu impor ao movimento operário e às forças populares em geral uma série de graves derrotas políticas. O capital financeiro sentiu necessidade de preparar terreno para organizar o capitalismo monopolista de Estado na Itália e se serviu do movimento fascista. A política cultural de Mussolini, no poder, foi oportunista e eclética; ele se aproveitou de várias tradições ideológicas da direita italiana, combinou-as de maneira clínicamente pragmática, sem se fixar em nenhuma delas de modo exclusivo.

Alguns observadores explicaram o caráter «ecletico» da política cultural do fascismo italiano como decorrência do seu «pioneirismo». Mas o segundo regime fascista «clássico» da história — o de Hitler, na Alemanha — não era mais «pioneiro». Veio depois de uma série de derrotas do movimento operário (desunido) e das forças populares (como na Itália) para consolidar um capitalismo monopolista de Estado cujas bases já estavam assentadas. No entanto, mesmo não sendo mais «pioneiro», sua política cultural também foi eclética e oportunista. O fascismo hitleriano (ou nazismo) foi anti-semita, anti-comunista, anti-socialista, anti-liberal e anti-democrático, porém nunca chegou a dar à sua política cultural um conteúdo positivo definido, nunca foi além de uma retórica abstrata em torno dos mitos da «grandeza da nação» e da «manutenção da ordem»; ele difundia todos os preconceitos que lhe convinham, sem se preocupar com o fato deles não serem coerentes entre si.

Hoje em dia, no Brasil, há muita gente que só se lembra do bigodinho de Hitler e da careca de Mussolini, quer dizer, dos aspectos caricaturais desses dois líderes fascistas, sem lembrar que eles chegaram a merecer respeito da parte de muitos políticos conservadores-liberais na Europa ocidental (Churchill, por exemplo, fez elogios rasgados a Mussolini). Ao longo da história, os regimes fascistas «clássicos» de Hitler e Mussolini foram — sempre que possível — «flexíveis» no plano da política cultural. Mussolini aproveitava sem nenhum constrangimento o apoio tanto dos artistas acadêmicos como dos «futuristas», tanto de D'Annunzio como de Marinetti.

Por outro lado, não devemos esquecer

que, no meio da repressão permanente, esses regimes fascistas «clássicos» de Hitler e Mussolini deixavam vez por outra alguns espaços «livres» para manifestações culturais independentes. Na Itália de Mussolini, Moravia publicou seu romance *Os Indiferentes* (em 1929), Pavese publicou seus poemas de *Lavorare stanca* (em 1936), Corrado Alvaro publicou *L'Uomo è forte* (em 1938), Rossellini filmou *L'Uomo della croce* e Visconti filmou *Ossessione* (em 1942). E mesmo na Alemanha de Hitler, o crítico Petroni conseguiu publicar um estudo bastante objetivo sobre o romance na América Latina, o filósofo Nicolai Hartmann e o filólogo Ernest Curtius conseguiram continuar suas atividades na Universidade sem se colocarem a serviço do nazismo.

As novas formas de fascismo imitam e até aprofundam o «pragmatismo» das formas anteriores: elas se preocupam menos com a defesa dos «dogmas» sagrados do que com a proteção dos interesses econômicos concretos do capital financeiro.

Por um lado, as «brechas» que os regimes de tipo fascista deixam abertas são a expressão da incapacidade deles de controlarem tudo nos países onde se implantam; por outro, porém, elas passam a ser usadas pelos ditadores como manobras destinadas a criar ilusões nas forças de oposição. Eles pensam: «Já que temos de tolerar a existência de limites no nosso poder, tentemos aproveitar as concessões secundárias que fazemos para confundir nossos adversários».

Ao longo de mais de meio século de história, os comunistas já tiveram muitas ocasiões de aprender a lidar com os reacionários de todos os tipos e sabem como reagir diante das manobras fascistas: eles não se deixam iludir pelas «brechas» que o regime fascista deixa abertas (ou não consegue fechar), denunciam sempre o caráter mesmo do regime, sua essência antidemocrática e antinacional, empenhando-se ao mesmo tempo no sentido de aproveitar politicamente cada brecha para mobilizar as massas, para organizar amplamente as forças antifascistas, desmascarando e isolando a ditadura, até fazê-la cair.

O regime fascista de Mussolini durou 23 anos, o de Hitler durou 12, o de Franco durou 36, o de Salazar 42, o dos coronéis gregos durou 8 anos. Uns duraram mais, outros menos, mas todos acabaram, ao passo que o socialismo prossegue, desde 1917, sua marcha vitoriosa pelo mundo inteiro. E para nós, comunistas, é seguro que o socialismo um dia vai chegar ao Brasil e que bem antes disso o regime fascista brasileiro vai ser jogado na lata de lixo da história, onde já se acham tantos dos seus congêneres e precursores.